



Ata nº 4/2024 – Sessão Ordinária de vinte e sete de setembro de 2024

-----Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis – 4ª Secção – Alvares, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal do Município de Góis. -----

-----Pelas dezoito horas, a senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz, Presidente da Assembleia Municipal, declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão, agradecendo ao senhor Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis pela cedência das instalações da 4ª Secção – Alvares para a realização da sessão descentralizada do órgão deliberativo. Referiu que se alguma coisa importante a revolução do 25 de abril trouxe foi, efetivamente, o movimento da política autárquica, sendo que a política deve ser feita pelas e para as pessoas e, daí, ser muito importante a proximidade que temos com a população pelo que, no dia de hoje, estamos aqui para ouvir a população de Alvares, as vossas preocupações e anseios, porquanto se traduzirá num contributo que ajudará a gestão da vida política autárquica.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou, publicamente, um Voto de Pesar a todos os afetados pela tragédia provocada pelo incêndio no concelho de Tábua. Apresentou, particularmente, sentidas condolências às famílias e aos amigos de todas as vítimas mortais. De igual forma apresentou um Voto de Solidariedade a todos quantos perderam os seus bens nos incêndios ocorridos neste mês no nosso país. Dirigiu, uma palavra de apreço e reconhecimento a todos que estiveram na frente do combate aos incêndios no Norte e Centro de Portugal, bombeiros, forças de segurança e população.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, associar-se ao Voto de Pesar e de Solidariedade.-----

-----Seguidamente, deu a palavra à senhora Primeira Secretária, Aida de Jesus Garcia Martins Baeta, que procedeu à chamada: -----

-----**Presidente:** Maria Helena Antunes Barata Moniz (GCE “Independentes por Góis”);-----

-----**Primeira Secretária:** Aida de Jesus Garcia Martins Baeta (Partido Socialista);-----

-----**Segunda Secretária:** Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões (GCE “Independentes por Góis”) .-----

-----**Partido Social Democrata:** -----

-----Nuno Miguel Almeida Alves Baeta; -----
-----Filomena Maria de Matos Geraldês;-----
-----José Ricardo Rosa de Carvalho;-----
-----Luís Virgílio de Abreu Afonso;-----
-----Dulce Maria Filipe Cruz;-----
-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta;-----
-----Adriana Flávia Amaro Martins Sanches.-----
----- Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes por Góis”: -----
-----José Carlos Rodrigues Garcia;-----
-----Amílcar José Barata Aleixo; -----
-----Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão.-----
----- Partido Socialista: -----
-----Ricardo José Duarte Ventura;-----
-----Nuno Pedro Tavares Nascimento.-----
----- Presidentes das Juntas de Freguesia: -----
-----Alvares - Victor Manuel Fonseca Duarte (GCE “Independentes por Góis”); -----
-----Góis - Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira (Partido Social Democrata); -----
-----União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal - Carlos da Conceição Jesus (GCE “Independentes por Góis”); -----
-----Vila Nova do Ceira - António Alberto Figueiredo Machado (Partido Social Democrata). -----
----- FALTAS: -----
-----Nuno Miguel Almeida Alves Baeta (Partido Social Democrata);-----
-----José Ricardo Rosa de Carvalho (Partido Social Democrata); -----
-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta (Partido Social Democrata);-----
-----Adriana Flávia Amaro Martins Sanches (Partido Social Democrata).-----
----- SUBSTITUIÇÕES: -----
-----Foram substituídos os seguintes membros: -----
-----Nuno Miguel Almeida Alves Baeta foi substituído por Hugo Miguel Nunes Gonçalves;-----
-----José Ricardo Rosa de Carvalho foi substituído por Erminda Maria Alves Muro;-----
-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta foi substituído por Tiago Miguel Moniz Ferreira; -----
-----Adriana Flávia Amaro Martins Sanches foi substituída por Manuel Marques Antunes.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que os membros ausentes justificaram a sua falta, tendo a mesa aceitado e validado a justificação. -----

-----**Câmara Municipal:** -----

-----Registaram-se, pela Câmara Municipal, as seguintes presenças: -----

-----Presidente da Câmara: António Rui de Sousa Godinho Sampaio.-----

-----Vereadores:-----

-----Nuno Miguel Martins Bandeira;-----

-----José Alberto Domingos Rodrigues;-----

-----Graciano Antunes Rodrigues;-----

-----Bárbara Patrícia Correia Serra.-----

-----De seguida foi pela Segunda Secretária, Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, lida a Ordem do Dia, a saber:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----1. Aprovação da Ata nº 3/2024;-----

-----2. Informação sobre o expediente da Assembleia Municipal;-----

-----3. Apreciação de assuntos de interesse para o Município.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----1. Eleição de Representante(s) da Assembleia Municipal para a Equipa para a Igualdade na Vida Local;-----

-----2. Autorização para Abertura de Procedimento Concursal para Recrutamento de Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau – Chefe De Divisão – DGUPA;-----

-----3. Apreciação e Votação da Proposta de Alteração dos Estatutos e da Percentagem do Município de Góis no Capital Social da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, S.A.;-

-----4. Apreciação e Votação da Sinalização Informativa e Reguladora/Processo Nº2024/550.10.300/7-----

-----5. Apreciação e Votação da 3.ª Alteração do Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução De Habitações Não Permanentes;-----

-----6. Apreciação e Votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)/Ano de 2025;-----

-----7. Apreciação e Votação da Derrama/Ano 2025;-----

-----8. Apreciação e Votação da Participação Variável no IRS/Rendimentos de 2025;-----

-----9. Apreciação e Votação do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI)/Taxas a Praticar em 2025;----

-----10. Relatório Semestral do Auditor Externo (ROC)/Situação Económica e Financeira do Município do 1.º Semestre de 2024-----

-----11. Conhecimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)/Autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais - Ano 2024 – Comunicação periódica-----

-----12. Conhecimento do Relatório da Atividade Económica e Financeira da Câmara Municipal-----

-----**PÚBLICO**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 3/2024**-----

-----Uma vez que todos os membros da Assembleia se encontravam na posse do exemplar fotocopiado da ata em epígrafe, previamente enviado para análise, foi dispensada a sua leitura, sendo de imediato submetida à apreciação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata nº 3/2023.-----

-----Em conformidade com o nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, os membros Amílcar José Barata Aleixo, Hugo Miguel Nunes Gonçalves, Tiago Miguel Moniz Ferreira, Manuel Marques Antunes não participaram na votação por não terem estado presentes na sessão a que a mesma respeita.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----A senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz informou que o expediente remetido à Assembleia Municipal que considera importante e relevante é encaminhado aos senhores líderes dos Grupos Municipais existindo outro que é também encaminhado para todos os membros da Assembleia Municipal, não havendo, na presente data, qualquer assunto que mereça dar conhecimento.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**3. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria dar a palavra aos membros do órgão deliberativo, informando que o senhor Presidente da Câmara Municipal usará da palavra sempre que forem dirigidas questões ao exercício da Câmara Municipal.-----

-----A senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões referiu que o acesso da EN 2 ao

Carvalhal Miúdo está intransitável apelando para que também esta via seja beneficiada. Um outro assunto é sobre uma casa junto ao largo da Capela, em Esporão, a qual se encontra em ruínas, tendo a Câmara Municipal procedido à fixação de Edital para que o proprietário do imóvel procedesse aos procedimentos para colmatar a situação de perigo em que o mesmo se encontra, porém até à data ainda se encontra tudo na mesma. Na Portela de Góis foram colocadas umas placas junto a uma habitação onde se encontra a paragem do autocarro, as quais passado algum tempo foram retiradas e colocadas no piso e à data foram retiradas, pelo que questionou se o espaço em questão faz parte do logradouro dessa habitação e, se assim o for, também questionou o porquê de a Câmara Municipal alcatroar o mesmo. Ainda neste local referiu a existência de um sinal de proibição de estacionamento de viaturas, facto que discorda, porquanto o autocarro apenas para ali uns escassos minutos tanto no período matinal, como no final do dia.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à estrada de Carvalhal Miúdo referiu conhecer a situação apontada sendo intenção esta ser objeto de intervenção assim que houver essa possibilidade, porquanto teremos que priorizar todas situações, salientando que muitas intervenções já foram realizadas no concelho, porém ainda continua a existir essa mesma necessidade pelo que a seu tempo serão resolvidas. Em relação à segunda questão referiu que, presentemente, não poderá proceder a um esclarecimento sobre o assunto, contudo referiu que no concelho existem inúmeras situações semelhantes a esta as quais obedecem a um procedimento que tem sido tomado pelo Município de forma as que estas situações sejam resolvidas. Sobre a questão da paragem na Portela de Góis referiu não estar, ainda, definido se o espaço é logradouro ou público, sendo que o atual local onde o autocarro para é onde tem autorização para esse mesmo efeito, não tendo atualmente mais informação para proceder a um melhor esclarecimento.-----

-----Dada a palavra a senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões referiu entender não ser justo a proibição de estacionamento naquele local pelo simples facto de o autocarro ali ter que parar, duas vezes por dia, solicitando que toda esta situação seja revista.-----

-----O senhor Presidente referiu que a questão incide sobre se legalmente é ou não possível o estacionamento neste local e não se é ou não justo que não seja permitido ali o estacionamento de viaturas.-----

-----Dada a palavra o senhor Vice-Presidente sobre a questão do estacionamento referiu que a Câmara Municipal já acordou com o proprietário de um terreno junto ao espaço em questão para que o autocarro ali pare o tempo necessário para saída/entrada de passageiros. Quanto ao espaço onde

até à data o autocarro parava referiu que estão a ser tomadas diligências no sentido de se ter conhecimento se o espaço em questão é público, privado, ou logradouro da habitação ali edificada.---

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal para que os membros da bancada do PSD se possam pronunciar questionou à bancada sobre quem é que na presente sessão substituíra o líder, tendo a senhora Filomena Maria de Matos Geraldês informado que seria a sua pessoa.-----

-----O senhor Hugo Miguel Nunes Gonçalves agradeceu à Câmara Municipal, na pessoa do senhor Presidente, e também ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvares pelo facto de no presente ano terem procedido ao tamponamento da ribeira em Mega Cimeira, tendo durante a época balnear sucedido um caso de vandalismo, situação que foi de imediato colmatada pelo facto de a sua pessoa ter contactado o encarregado da Câmara Municipal. Questionou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvares do porquê de ainda não terem sido tapados os buracos na Rua das Louzinhas, na aldeia de Mega Cimeira, uma vez que o foram em outras ruas da aldeia ficando essa mesma rua de fora.-----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus iniciou a sua intervenção apresentando um agradecimento à Câmara Municipal pelos trabalhos de alcatroamento realizados em Carvalhal. Referiu que tem sido feito um conjunto de melhoramentos no território na União de Freguesias, alguns destes apresentados à Câmara Municipal, verificando, in loco, que estes já se encontram resolvidos, contudo não lhe é comunicado institucionalmente, nem atempadamente, nem posteriormente, que os trabalhos irão ou foram realizados, tendo para o efeito apontado alguns destes, pelo que apelou para que numa próxima oportunidade lhe seja comunicado quando é que a Câmara Municipal irá ao local proceder aos trabalhos para que tenha conhecimento dos mesmos. -----

-----O senhor Presidente referiu que os citados trabalhos são fruto de um planeamento dos serviços externos pelo que irá dar indicação para seja comunicado, atempadamente, à União das Freguesias os trabalhos que irão ser realizados neste território.-----

-----O senhor Nuno Pedro Tavares Nascimento questionou o senhor Presidente sobre o ponto de situação do projeto para o Parque da Selada, tendo de seguida apontado algumas ruas que necessitam de ser intervencionadas, bem como uma casa, no Caniçal, que se encontra em risco de ruir para via pública. Referiu a importância da deslocalização da sessão da Assembleia Municipal porquanto permite aos fregueses, desta freguesia, acompanharem estes trabalhos e verificarem como funciona o órgão deliberativo, tendo também a oportunidade de participarem colocando algumas questões de interesse para esta freguesia. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação ao projeto do Parque da Selada referiu que este deu entrada há já algum tempo na Câmara Municipal pelo que se entendeu rever o mesmo para que reunisse condições a fim de o submeter a procedimento concursal. Ainda sobre o mesmo referiu que foi apresentada candidatura ao Contrato-Programa da CCDRC tendo esta sido validada e remetida à DGAL aguardando resposta desta entidade para termos conhecimento de qual o tipo de financiamento que vamos ter, cuja comparticipação pode ir até aos 60% do valor total da obra, sendo esta de cerca de oitocentos mil euros, reiterando as suas palavras que da parte da Câmara Municipal todos os procedimentos se encontram realizados, estando a aguardar apenas a comunicação da DGAL. Em relação às ruas apontadas referiu serem mais algumas das que ainda não houve possibilidade de intervir, realçando que na última reunião do Executivo foi autorizado a abertura de procedimento para aquisição de massa betuminosa para um conjunto de trabalhos, nas várias freguesias, onde se verifica essa mesma necessidade. Em relação à situação do imóvel do Caniçal referiu não ter conhecimento se a situação já foi reportada à Proteção Civil e caso não tenha sido irá dar indicações para esse mesmo efeito. -----

-----A senhora Dulce Maria Filipe Cruz dirigiu felicitações ao Góis Moto Clube pela organização da XXXIª Concentração Motorística iniciativa de excelência que permitiu, mais uma vez, a visita de muitos ao nosso concelho dando, neste período, uma maior dinâmica à vida concelhia. Felicitou o AERGóis Trail Running pela organização da 1ª edição do Góis Trail entre a Serra e o Ceira, permitindo aos participantes, de vários escalões etários, conhecerem um pouco mais do nosso território, permitindo desta forma um saudável convívio. -----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia sobre a oferta turística existente no concelho referiu que durante a época balnear pôde constatar que de facto há uma maior procura do nosso território, facto que é de salutar. No entanto, não pode deixar de fazer referência à Praia Fluvial das Canaveias pela falta de iluminação, em alguns pontos, nesta, bem como em toda a sua envolvente, nomeadamente de alguns terrenos em que é visível que parte destes se procedeu à limpeza de ervas, havendo ainda, situações de descuido, entendendo que sendo um ponto de encontro de muitos merecia um cuidado maior. Ainda neste espaço, durante a concentração mototurística, foi visível várias autocaravanas utilizarem o espaço envolvente para estacionarem tendo estas sido autuadas pelas GNR pelo facto de não poderem ali estacionarem, chamando a atenção para que, nestes dias, haja bom senso, porquanto é um facto que a população triplica não havendo locais disponíveis para que se possa estacionar, devendo esta situação, no futuro, ser atempadamente verificada, uma vez que quem nos visita ser

confrontado com uma possível multa não será um bom cartão de visita. Sobre incêndios rurais, referiu que no presente mês o País viu, mais uma vez, a sua floresta ser devastada, pelo que apelou para que sejam tomadas medidas no nosso território para que não venhamos a ser confrontados com situações de maior perigosidade de risco de incêndio. Sobre acessibilidades fez referência à necessidade de intervenção na EN 2 no trajeto Alvares-Portela Vento, apesar de não ser da competência da Câmara Municipal apelou para que sejam tomadas démarches junto da I.P. para que a situação seja resolvida. Uma outra situação preocupante é o excesso de vegetação no Rio Sótão, nomeadamente árvores, solicitado que também a Câmara Municipal tome medidas junto da competente entidade para que esta situação seja vista, uma vez que em caso de aumento do leito do rio, provocado pelas cheias, poderá pôr em risco os terrenos que confinam com este e também a ponte ali existente. Terminou, fazendo referência ao Parque da Monteiro-Ciclo da Truta esperando que este equipamento seja dinamizado de forma que seja cumprido o objetivo para o qual foi criado.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à iluminação na Praia das Canaveias referiu que os serviços já teriam procedido a verificação e resolvido a situação desconhecendo se esta já se verifica novamente, ainda nesta zona de lazer referiu que a mesma foi danificada nas intempéries tendo os trabalhos necessários sido inseridos numa candidatura apresentada à CCDRC a qual foi aprovada, contendo a intervenção do muro e outros pontos, pelo que nos obrigou à apresentação de um projeto, tendo para o efeito prestado os devidos esclarecimentos, esperando que brevemente esta situação seja resolvida. Quanto ao estacionamento das autocaravanas, no período em questão, referiu desconhecer se estes veículos poderiam estacionar no local, pelo facto de existirem espaços próprios para o fazerem, sendo que as intervenções realizadas pela GNR são única e exclusivamente da sua competência. Em relação à questão da floresta, referiu que este Executivo tem tido preocupação nesta matéria por entender a dimensão que tem a floresta, o seu valor económico, a par com a quantidade de empresas existente neste sector, bem como as obrigações do Município nesta matéria. Sobre a limpeza das faixas gestão referiu estar apenas em falta a conclusão destas nas freguesias de Góis e Vila Nova do Ceira, estando em fase conclusão na União das Freguesias, realçando os custos envolvidos nestas operações, o que perfaz um custo anual de mais de cento e cinquenta mil euros para o Município, sendo a média anual de limpeza mais de 200 km. Sobre a situação do troço da EN 2 apontado referiu que sempre que se verifica uma situação nesta e em outras vias nacionais é comunicado de imediato à I.P. Sobre a questão do Rio Sótão informou que irá dar indicações aos serviços para verificarem a situação para que se tome as devidas diligências junto da competente

entidade. Sobre o Parque da Monteiro-Ciclo da Truta referiu que, durante anos, se falou neste investimento, sendo que presentemente se encontra concluído convidando todos a visitarem o local, sendo que nesta fase irá estar aberto ao público no terceiro fim de semana de cada mês, não inviabilizando que quem desejar visitar o local contacte atempadamente o Posto de Turismo para que sejam tomados os devidos procedimentos para que o espaço seja aberto em data a agendar.-----

-----O senhor António Alberto Figueiredo Machado relativamente ao Parque da Monteiro-Ciclo da Truta referiu ter sido investimento muito falado tanto ao nível das assembleias de freguesia, como em reuniões da Câmara Municipal e sessões da assembleia municipal, tendo, neste mandato e ano, a obra sido concluída e inaugurada, felicitando a Câmara Municipal por este investimento na freguesia que preside, convidando todos a visitarem mais um ponto turístico em Vila Nova do Ceira.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro Ascensão iniciou a sua intervenção partilhando um assunto que a preocupa e que incide na área da educação. Se primeiramente no período que atingiu o País aquando a Pandemia COVID 19 a escola se encontrava encerrada tendo os alunos aulas online, agora pode também verificar-se o encerramento da escola devido às sucessivas greves, seja de pessoal docente e também de pessoal não docente, verificando-se ultimamente haver uma maior aderência do pessoal não docente quando está agendada uma greve para os trabalhadores das escolas. Nesta ótica, questionou se é do conhecimento da Câmara Municipal qual o motivo para que muitos dos trabalhadores do Agrupamento de Escolas de Góis façam greve, se este se prende com a falta de motivação para o exercício das suas funções ou se há um outro motivo que necessita de ser desmistificado. -----

-----Relativamente à Mata da Oitava referiu que, pelo que conhece, trata-se de um património municipal muito valioso, sendo motivo de sua preocupação que, em caso de incêndio rural, possa a Câmara Municipal correr o risco de ficar sem este património, tendo dado como exemplo a ocorrência, ainda há pouco tempo, em Ribeira Cimeira, pelo que questionou se o estudo que se encontrava a ser elaborado a fim de ser aberto procedimento para a exploração desta área florestal já se encontrava concluído.-----

-----Relativamente ao Parque da Monteiro-Ciclo da Truta referiu ser um projeto bastante interessante, sendo que na sua ótica também seria interessante que o rio tivesse truta, ou seja, que fosse feito repovoamento desta espécie em algumas zonas do rio, a par com a requalificação de alguns açudes ao longo do curso do rio.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação às greves nos estabelecimentos de ensino

referiu que se trata de um direito do trabalhador, não tendo sido informado por parte destes que haja qualquer tipo de desmotivação no exercício das suas funções, estando recetivo para que qualquer funcionário possa apresentar as situações que entenda que deva apresentar. Em relação à Mata da Oitava referiu a existência de três empresas que manifestaram interesse em explorar aquela área. Sendo um ativo do Município referiu que não poderá ser aberto procedimento para a sua exploração sem que primeiramente tenhamos concluído o estudo para esse mesmo efeito, o qual está a ser elaborado pelo Técnico Florestal da Câmara Municipal e pela senhora Jurista, para que possa ser analisado em sede do Executivo e da Assembleia Municipal. Contudo, referiu que irá haver uma intervenção na rede primária e a aquisição do material lenhoso que for cortado será através de uma hasta pública. Em relação ao Parque da Monteiro-Ciclo da Truta já procedeu a esclarecimentos nesta matéria sendo que quanto à intervenção nos açudes referiu que há um procedimento, através de uma candidatura, direcionado única e exclusivamente para o rio Ceira em que foi apresentada a manifestação de interesse tendo sido sinalizados alguns açudes, havendo a possibilidade de indicação de outros para que se possa elaborar e apresentar uma candidatura a fim de se poder intervir em açudes que necessitam de ser beneficiados. -----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura, primeiramente, agradeceu à Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis pela cedência da sala dirigindo também um agradecimento ao público presente, sendo importante a descentralização das sessões da Assembleia Municipal para que as pessoas possam participar, sendo que no dia de hoje, como podemos constar o público está em massa o que é de elogiar. -----

-----Sendo esta a primeira sessão, após a época estival, altura do ano em que há uma maior afluência de pessoas ao concelho devido ao período de férias e também às festas prevaleceu-se para enumerar alguns eventos realizados neste período como as Marchas Populares, o Encontro Nacional da Alfa Romeo, o Góis CUP que trouxe centenas de atletas e familiares à vila de Góis, o GóisArte, a passagem de La Vuelta à Espanha em bicicleta, o Góis Challenge e também as Festas do Concelho. Sobre este último evento referiu que no passado ano elogiou-o devido ao local escolhido e também à sua programação, porém não pode deixar passar em branco a cerimónia de inauguração, sendo que no ano transato foi lançado o desafio, por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal, para que a bancada do PS pudesse ajudar para que alguém do Governo estivesse presente no ato inaugural sendo que à data o Governo era do PS, presentemente a governação é do PSD pelo que também pôde constatar que, no presente ano, ninguém do atual Governo se deslocou a Góis, o que não aconteceu

em concelhos vizinhos. Referiu que também não pode deixar de mencionar que se faça tanta “pompa e circunstância” com inaugurações de pequenas obras de requalificação de estradas, denominando-as de “tapar buracos” metendo-se para o efeito fitas e púlpitos em cima do alcatrão. Referiu que, naturalmente, reconhece e compreende que estas obras são necessárias e urgentes porquanto as estradas estavam quase intransitáveis, sendo que também teria ficado muito satisfeito que a via de acesso à sua residência também fosse, de igual modo, requalificada pelo facto de se tratar de uma das piores estradas do concelho. No entanto, compreende que, sendo seu entendimento em termos coletivos e, para a generalidade, do contexto concelhio estas obras pouco contribuem para o desenvolvimento e enriquecimento do concelho de Góis, sendo desejo coletivo ver inaugurações de outras obras, sendo exemplo disso o Parque de Lazer da Selada, a circular externa das Cortes, tratando-se de projetos de anteriores Executivos, porém passados três anos ainda estamos a falar de revisão do projeto entendendo ter passado tempo suficiente para que a obra pudesse ter sido iniciada. Um outro espaço inaugurado foi o Parque da Monteiro-Ciclo da Truta tendo parabenizado o Executivo, apresentando felicitações ao Góis Moto Clube pela realização da XXIª Concentração Internacional de Motos sendo um evento de grande dimensão que faz com que Góis seja bastante promovido a nível nacional. Fez também menção à Residência Artística, o acordo de Juventude entre Góis e Oroso, a 1ª edição do Góis Trail, com a participação de cerca de 500 atletas, a comemoração da Semana Europeia do Desporto com um programa #BeActive dinamizado pela Câmara Municipal, bem como todas as festas e romarias organizadas em todo o concelho pelas Comissões/Associações de Melhoramentos e, como estamos na freguesia de Alvares, deu ênfase ao Festival Festinhel organizado pelo Grupo de Jovens Alvarenses e também as Festas das Cortes promovidas pela Comissão de Melhoramentos. Fez menção à Praia Fluvial do Sinhel por ser uma praia acessível sendo que no presente ano viu hasteada a bandeira com o sistema português ColorADD – sistema de identificação de cores para daltónicos, permitindo aos banhistas daltónicos identificar as cores das bandeiras, por uma sociedade inclusiva pela cor. Referiu lamentar a perda da bandeira azul, no presente ano, fazendo votos para que no próximo ano esta zona de lazer possa ser novamente contemplada com este galardão. Relativamente ao Orçamento Participativo apelou à participação das pessoas porquanto este está na fase de votação dos projetos, considerando de grande importância este tipo de ações por parte da Câmara Municipal. Salientou também os projetos Condomínio de Aldeia pelo facto de ser uma aposta positiva do Município face aos perigos que correm algumas aldeias concelhias em situação de ocorrência de incêndios rurais, pelo que nunca será de mais investir na prevenção de incêndios apelando que para

que todos possam dar o seu contributo nas localidades onde se encontram implementados estes projetos. Felicitou o Município pelos recentes prémios no âmbito do Projeto Social – Município Amigo do desporto, tendo sido feito a adesão ao Projeto Município Amigo do Turismo e da Cultura pelo que questionou quais as ações previstas para a dinamização deste projeto. Por último, congratulou as empresas do concelho distinguidas como PME galardão atribuído pelo IAPMEI 2023, nomeadamente, Álvaro Matos Bandeira & Filhos, a FAPIE Caixilharias, Lda., a Prorresina – Produtos Resinosos, Lda., a Transportes Neves & Irmão e a Trans Serrano.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal manifestou a sua satisfação pelas palavras proferidas porquanto refletem o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Autarquia e verifica-se que há dinâmica e atividade. Sobre a inauguração do espaço onde decorreram as Festas do Concelho referiu que efetivamente foram remetidos convites, mas não surtiram o efeito desejável, como se verifica em outros concelhos devido ao número de participantes sendo estas denominadas de feiras, sendo que no nosso espaço existe somente uma zona para o artesanato, realçando a presença do senhor Secretário de Estado das Autarquias e Ordenamento do Território, na sessão solene do Dia do Município. Em relação às “pequenas obras” referiu que, na sua maioria, estavam há muito tempo para serem executadas, sendo que apesar de serem “pequenas obras” muitas vezes dizem muito à população indo estes trabalhos ao encontro do respeito que temos que ter pelas pessoas. É um facto que desejava ter inaugurado obras com outra dimensão acreditando que no próximo ano algumas destas possam vir a acontecer, prevalecendo-se para informar tratar-se de um ciclo de quatro anos e que as ações se vão desenvolvendo havendo um mapa na informação financeira do Município dos procedimentos que se encontram em desenvolvimento pela Câmara Municipal, sendo que de 54 procedimentos de contratação pública 42 são deste Executivo e, parte destes, já se encontram concluídos, outros em curso. É um facto que vamos fazendo com algumas dificuldades existentes. Relativamente aos Condomínios da Aldeia tem sido uma aposta da Autarquia por termos noção de qual o estado de algumas aldeias do concelho, o número de residentes, o impacto que tem uma intervenção deste projeto, havendo situações difíceis de contornar pelo facto de não haver reciprocidade por parte de alguns munícipes relativamente a algum tipo de intervenção junto das suas habitações, tendo apresentado um exemplo. É um facto que a implementação destes projetos trará um custo acrescido para o Município de Góis porque nos cinco anos seguintes à implementação de cada projeto a obrigatoriedade de limpar o espaço envolvente a cada aldeia é da Câmara Municipal, sendo que a limpeza de cada aldeia ronda os dez mil euros, pelo que se o montante total for de 15

aldeias esse mesmo valor terá que ser previsto em termos orçamentais.-----

-----O senhor Amílcar Barata Aleixo manifestou a sua satisfação pela presente sessão do órgão deliberativo estar a decorrer na freguesia de Alvares numa proximidade com a população o que é de saudar pelo facto de ser esta a freguesia que dista de maior distância da sede do concelho. Fez alusão aos trabalhos realizados nesta freguesia nomeadamente nos estradões florestais sendo sempre bom porquanto se trata de uma medida de prevenção de risco de incêndio, tendo também feito alusão à bomba de retorno na Praia Fluvial do Sinhel que melhorou substancialmente a qualidade da água, tendo naturalmente esta freguesia uma outra dinâmica no verão devido às festas promovidas em diversas aldeias agradecendo os trabalhos realizados pelos trabalhadores da Câmara Municipal. Sobre a EN2 referiu que não pode deixar de mencionar, mais uma vez, o estado deplorável em que se encontra o piso entre a Portela do Vento e Alvares, os rails ali existentes foram colocados onde as pessoas caminham, verifica-se também um excesso de ervas nas bermas dificultando a circulação de peões, dificilmente duas viaturas pesadas conseguem circular simultaneamente em sentido oposto, sendo apenas 7 km neste estado lastimável. Referiu que a IP não pode afirmar desconhecer esta situação até porque no dia de hoje passou neste troço uma viatura desta entidade, tendo procedido a alguns trabalhos de cobrimento de alguns buracos tendo tido a oportunidade de visualizar que nem sequer calcaram o betuminoso colocado nestes. Ainda nesta mesma via fez, novamente, alusão ao acesso ao miradouro ser perigoso pois existe um declive entre a berma da estrada e esta infraestrutura a qual também necessita de ser intervencionada. Ainda em Alvares questionou o ponto de situação do sistema de bombagem de água para abastecimento de viaturas de bombeiros uma vez que estava apontado que o mesmo entrasse em funcionamento antes do verão, porém até à data ainda não foi possível, pelo que solicitou esclarecimentos. Sobre melhoramentos de algumas vias enumerou as que necessitam de ser intervencionadas, sendo exemplo disso a de Fonte Limpa e a da Telhada, fazendo menção aos trabalhos realizados pelos trabalhadores da Câmara Municipal nesta área. Sobre o bar de apoio à Praia Fluvial referiu ter sido um excelente investimento da Câmara Municipal por gerar postos de trabalho e pelo facto de dar uma outra dinâmica a este espaço de lazer.-----

-----O senhor Presidente relativamente à EN2 referiu que sempre que são apresentadas reclamações e/ou sugestões sobre alguns trabalhos que esta necessita os mesmos são em encaminhados à IP, realçando que em termos de limpeza das bermas nesta via já foram feitos trabalhos, por duas vezes, no corrente ano. Sobre o miradouro referiu que foi dado o processo a uma Técnica da Câmara Municipal que presentemente já não se encontra a trabalhar tendo o processo sido encaminhado para

um outro Técnico de forma a que apresente um projeto de requalificação daquele espaço. Sobre o sistema de bombagem referiu que o mesmo ainda não se encontra em funcionamento pelo simples facto de haver um constrangimento ao nível da parte elétrica tendo este sido comunicado à E-Redes aguardando-se que a empresa se desloque ao local para verificar a situação. Quanto às vias apontadas referiu ter conhecimento da necessidade de se intervir nestas realçando que no âmbito dos incêndios do ano de 2017 poder-se-ia intervencionado nas mesmas. -----

-----A senhora Filomena Maria de Matos Geraldês primeiramente agradeceu a Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis pela cedência deste espaço para a realização da sessão da Assembleia Municipal. -----

-----De seguida, felicitou o Executivo pelas obras de requalificação realizadas as quais se encontram elencadas no Relatório da Atividade Financeira da Câmara Municipal sendo no total 16 obras, encontrando-se em execução 22 projetos, lamentando que em algumas intervenções apenas se dê destaque ao que ainda não foi feito e mesmo quando se destaca o que foi já feito é no sentido de se desvalorizar esses mesmo trabalhos, tendo para o efeito destacado algumas destas que foram inauguradas no verão tendo as mesmas melhorado significativamente o quotidiano da população, tornando, ainda mais, o concelho mais atrativo, não compreendendo o porquê de se desvalorizar a obra feita. Referiu que o ideal seriam que todas as obras fossem realizadas no imediato, contudo é impossível fazer essa magia, pelo que temos que saber aguardar e ter confiança pois o que falta realizar irá ser realizado. Parabenizou o Município pelos eventos que promoveu durante a época estival tendo para o efeito elencado um conjunto de iniciativas, Lavadouros com Alma, GóisArte, Festas do Concelho, a sessão solene do Dia do Município que contou com a presença do senhor Secretário de Estado das Autarquias e Ordenamento do Território, o lançamento do Guia das Praias e Áreas Balneares, o desafio fotográfico “Paisagens de Góis”, o excelente recital de poesia e harpa. Saudou também o apoio da Câmara Municipal aos 13 jovens do concelho que participaram na Universidade de Verão na UC, considerando ser uma excelente aposta na juventude, no futuro dos nossos jovens e também no desenvolvimento das suas competências profissionais, sendo uma aposta deste Executivo na Educação a par com os incentivos aos jovens estudantes, bem como na oferta dos cadernos de fichas aos alunos do 1º, 2º 3º ciclo. Agradeceu a promoção de mais uma edição do Programa ATL de verão “Férias em Crescimento” cuja programação em parceria com outras entidades proporcionaram um conjunto de atividades a todos os participantes contribuindo, desta forma, para o seu crescimento saudável e também para o seu desenvolvimento, agradecendo a todos os profissionais que

acompanharam as crianças e jovens neste programa.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte iniciou a sua intervenção referindo que a senhora líder da bancada do PSD na sua intervenção elencou um conjunto de obras realizadas pelas Câmara Municipal não tendo elencado nenhuma de Alvares, 38% do território do concelho, com 36 aldeias, porém dever-se-á tratar de um lapso.-----

-----Seguidamente referiu que a presente sessão é a que antecede a apresentação do último Orçamento deste Executivo, sendo que as questões que são apresentadas são sempre as que consideram ser importantes, pelo que se continuará a falar destas. Quando se fala de autarquias sabe-se, à priori, que o trabalho autárquico é intenso, permanente e inacabado, não havendo nenhum autarca que chegue ao fim do mandato que faça tudo a que se propôs fazer. Referiu não valer a pena discutir, porque tudo o que se faz é importante, sendo que à nossa porta tem um valor diferente do que à porta do vizinho, porém tudo é importante, sendo as obras mais simples as que têm de ser feitas sendo essa uma obrigação inerente à qualidade de autarca, seja um Presidente de Junta, seja um Presidente da Câmara Municipal, sendo que todos os autarcas têm de assumir isso como uma prática do seu quotidiano. Referiu que o que importa no presente ano são as obras consideradas estruturantes, ou seja, obras que possam alterar o nosso território para melhor, sendo exemplo disso a ampliação da zona industrial desta freguesia, projetos como a circular externa de Cortes, a ponte de Milreu, a requalificação do piso na zona antiga, na sede de freguesia, tendo sido intervencionada em 2009, contudo a calçada continua na mesma, a floresta também é preocupante acreditando que o projeto da AIGP vá ao encontro daquilo que entendemos que deve ser feito nesta freguesia, sendo esta temática um problema deste País, exigindo uma visão alargada daquilo que é importante fazer, o projeto do Parque da Selada, o passeio ribeirinho na ribeira do Sinhel, o Parque da Liga de Melhoramentos de Chã de Alvares, a requalificação do espaço desportivo em frente ao quartel dos bombeiros, o miradouro, o marco 300 km, a valorização da chaminé da fábrica de burel, a Pedra Letreira, o pedido solicitado há bastante tempo desta localidade ter um Posto de Farmácia, a requalificação da Rua Dr. Hermano Neves, e depois, os projetos importantes como a ARU e a PARU, a ARU – Área de Reabilitação Urbana, nomeadamente na sede da Freguesia, Cortes e Chã de Alvares que depois, virão os planos estratégicos para definirmos o que desejamos fazer no nosso território sendo este um facto que nos preocupa. Ainda sobre o sistema de abastecimento de viaturas dos bombeiros, já foi feito o ponto de situação, sendo importante a beneficiação de ruas nesta freguesia, realçando que muito já se fez e muito ainda há por fazer porquanto são 36 aldeias. Sobre a EN 2 referiu que muito

já foi falado, porém irá entrar o período invernal e há a necessidade da marcação horizontal nesta via, nomeadamente o trajeto Alvares-Chã de Alvares e também o caminho municipal que faz a ligação da EN2 Portela do Torgal-Cortes de Alvares. Destes projetos estruturantes referiu não saber se está a falar da mesma coisa que o senhor Presidente da Câmara Municipal quando fez menção na sua intervenção ao rio Ceira de um Aviso de apresentação de candidaturas ao Centro 2030: Gestão de Recursos Hídricos o qual tem como objetivo apoiar intervenções de proteção dos recursos hídricos e a gestão dos riscos associados à água, preferencialmente através de soluções de base natural, contemplando Ações de proteção dos recursos hídricos: Reabilitação e valorização da rede hidrográfica, através da aplicação de soluções técnicas de engenharia natural, Contenção de espécies invasoras nos recursos hídricos, Ações de Proteção contra cheias e inundações: Desassoreamento, desobstrução e remoção de material dos cursos de água e de albufeiras e criação de espaço de inundação natural; Construção e renaturalização de infraestruturas de águas pluviais; Contenção de espécies invasoras nos recursos hídricos, tendo em consideração os Planos de Gestão de Riscos de Inundação; e Ações de Monitorização e Sistemas de Informação de apoio à Decisão e Gestão: Monitorização e sistemas de informação de apoio à decisão (incluindo modelação) e sistemas de informação de apoio à gestão de eventos de cheias e inundações, ou seja, no computo geral trata-se da requalificação do leito das ribeiras, entendendo que também as ribeiras da freguesia de Alvares mereciam também uma intervenção de fundo, datando o Aviso de Julho de 2024, não tendo conhecimento se foi este o Aviso objeto de intervenção do senhor Presidente salientando que também os espaços hídricos desta freguesia mereciam ser requalificados. Naturalmente a lista dos projetos é longa, mas é sabido que o caminho se faz caminhando, sendo certo que vamos aprovar o último orçamento deste Executivo e, estes problemas, ainda se encontram por resolver facto que data do ano de 2021, sendo isso que nos preocupa e que nos leva a questionar o que é importante para o território, aquilo que faz a diferença e que faz com que tenhamos a capacidade de atração, de investidores, de pessoas que queiram optar em viver no nosso território porquanto é sabido que se trata da freguesia mais afastada do concelho não beneficiando diretamente de qualquer investimento que venha a ser feito no Vale do Ceira por razões óbvias, não incidindo esta questão em política, sendo sim a estrutura do país, pelo que é sua preocupação manter as coisas na freguesia, porque o que não é feito na freguesia, também não é feito no concelho, ou seja, são pessoas que saem do concelho uma mais-valia que deixamos de ter em benefício de outros concelhos que não trazem quaisquer benefícios para o concelho. Não nos podemos esquecer que o próximo ano autárquico não terá 12 meses pelo que desejava sair da qualidade de Presidente da Junta de Freguesia

e olhar para traz e ver que, nestes últimos quatro anos, se conseguir fazer alguma coisa, em virtude de sempre que terminou os seus Mandatos houve sempre projetos estruturantes feitos na freguesia que de muito se orgulhou, sendo efetivamente esses que fazem a diferença, todo o resto é para o nosso dia a dia, é para nos defendermos quem por cá reside que, primeiramente merece todo o nosso respeito, empenho e o nosso trabalho autárquico, mas, depois, a seguir, não vivemos sozinhos, sendo que hoje não é fácil o interior, ou seja, e sabido que é fácil abandonar nos nossos dias o interior, sendo difícil motivar a vinda para o interior, tratando-se acima de tudo de um problema cultural, civilizacional, não sendo somente um problema desta freguesia e deste concelho, abrangendo sim outras mentalidades, pelo que temos que fazer com que se inverta, um pouco, esse processo, pelo que caso não consigamos inverter totalmente que façamos a nossa parte, sendo este seu princípio, pelo que “quem faz o que pode, faz o que deve”, sendo este o seu princípio como autarca.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que “quem faz o que pode” corresponde ao que a Câmara Municipal tem feito, certamente que não vamos ao encontro de todas as obras e necessidades manifestadas, certamente as mesmas fariam parte do manifesto eleitoral do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvares e, certamente algumas também não estão concluídas, pelo que iremos fazer um esforço para que algumas delas se iniciem e quando foi mencionado obras estruturantes foi feita referência ao Parque da Selada tendo reiterado as suas anteriores palavras que o projeto ao invés de ter continuado parado trata-se de um projeto que tem merecido uma atenção redobrada, porém trata-se de um projeto que custa um milhão de euros. Referiu que, no dia de hoje, dia Mundial do Turismo, a Câmara Municipal levou a efeito um ato comemorativo o qual contou com a presença da representante do Turismo do Centro que, na sua intervenção, quando se falou da questão da saúde referiu que de facto o dinheiro não se inventa pelo que queremos fazer obras, contudo teremos que ter financiamento para que não comprometamos o orçamento municipal. Referiu que, no seu primeiro ano de Mandato, recebeu um telefonema da CCDRC a informá-lo que a Câmara Municipal teria a possibilidade de apresentar candidaturas através de contratos-programa permitindo um financiamento até 60% da obra e o Município de Góis até à data nunca apresentou candidaturas. Naturalmente que a Câmara Municipal está a dar passos no sentido de concretizar alguns projetos, porém não está somente nas mãos da autarquia, sendo que quando mencionou a rede de águas e esgotos referiu que estas já poderiam ter sido realizadas há muito tempo, questionando o porquê destas ainda não terem sido realizadas, porém se analisar o mapa das obras patentes no relatório de atividades poderá verificar a existência de procedimento concursal para a

aquisição de serviços para a “Delimitação das Áreas de reabilitação Urbana para a Comareira, Aigra Nova, Aigra Velha, Pena, Alvares, Chã de Alvares, Cortes, Cabreira e Colmeal para as ARU de Alvares, Cabreira e Cortes “, pelo facto de ser também nossa preocupação e também por percebemos que há intervenções que necessitamos de ter estas áreas devidamente definidas e limitadas, esperando que este processo corra bem para que possamos iniciá-lo. Em relação à Pedra Letreira referiu tratar-se de uma situação que incide sobre a disponibilização do espaço de forma sistemática, correndo o risco de existir neste algum tipo de vandalização, tratando-se de um processo conjunto com outras entidades. Em relação à questão da chaminé referiu ser do conhecimento do senhor Victor Duarte o processo em virtude do proprietário desejar que a aquisição do espaço englobasse uma maior área. Em relação à ampliação da zona industrial informou que a Câmara Municipal está a tomar procedimentos para a aquisição dos terrenos sendo também do seu conhecimento este processo. Referiu que tal como foi mencionado o trabalho autárquico não se esgota no final do Mandato terá que se ir fazendo para quem vier a seguir o passa continuar tal, como este Executivo, o tem feito, sendo esse o espírito do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvares que também é o seu.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE(S) DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A EQUIPA PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que no âmbito do Protocolo de Cooperação para a Igualdade e a Não Discriminação celebrado entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e o Município de Góis, existe a necessidade de se constituir uma Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL), conforme é referido na cláusula 4ª do citado Protocolo. Referiu ser da competência do Presidente da Câmara Municipal a nomeação da Equipa para a Igualdade na Vida Local que, conforme refere tanto a cláusula 5ª do aludido Protocolo, como o artigo 3º das Normas de Funcionamento da Equipa para a Igualdade na Vida Local, “(...) podem, ainda, integrar a EIVL, representantes da Assembleia Municipal, até ao máximo de quatro pessoas, a indicar por aquela ao Presidente da Câmara Municipal, sendo que pelo menos uma, deverá ser Presidente de uma Junta de Freguesia ou União de Freguesias.”-----

-----Face ao exposto, referiu que a Equipa terá que ser composta com o número máximo de 10 elementos, pelo que se for intenção a Assembleia Municipal eleger 4 elementos certamente que haverá um número superior a 10 elementos, pelo que questionou se é pretensão do senhor Presidente

da Câmara Municipal que sejam eleitos 4 ou menos elementos.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que integra a Equipa a sua pessoa, sendo Conselheiros para a Igualdade o senhor Filipe Daniel Rosa de Carvalho e a senhora Paula Cristina da Silva Matos Neves, os Chefes da DAG e da DGUPA, a senhora Coordenadora desta Equipa da Associação de Desenvolvimento da Beira Serra representando também o CLAS, pelo que presentemente a Equipa tem 6 elementos. Sendo que de acordo com os citados artigos a Assembleia Municipal poderá nomear até 4 elementos, sendo um destes Presidente de Freguesia/União de Freguesias, sendo da competência do órgão deliberativo optar pelo número de elementos que deseje integrar na referida Equipa.-----

-----A senhora Presidente referiu que se o número são de dez elementos para constituição da Equipa fará todo o sentido que assim o seja, pelo que estando três forças políticas representadas no órgão deliberativo entende que poderá cada uma escolher um representante para que se possa colocar à votação, pelo que questionou as bancadas se teriam alguma proposta de nome para apresentar.-----

-----A senhora Filomena Maria de Matos Geraldês, na qualidade de Líder de bancada do PSD, na presente sessão, referiu ser proposta da sua bancada o senhor António Alberto Figueiredo Machado, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte, Líder da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, referiu ser proposta da sua bancada a senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura, Líder da bancada do PS, referiu ser proposta da sua bancada a senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que os três nomes propostas iriam constituir a Lista A, pelo que se passou à votação, por escrutínio secreto.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, eleger os seguintes representantes da Assembleia Municipal para a Equipa para a Igualdade na Vida Local: Aida de Jesus Garcia Martins Baeta, António Alberto Figueiredo Machado e Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a Assembleia Municipal, pelas 19.50 horas, pelo período de 10 minutos, tendo a sessão retomado pelas 20.00 horas.-----

-----O senhor Manuel Marques Antunes, membro da bancada do PSD, em substituição de um elemento efetivo, ausentou-se da sessão pelas 19.50 horas.-----

-----**2. AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º GRAU – CHEFE DE DIVISÃO – DGUPA**-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que de acordo e nos termos previstos no artigo 13º da Lei nº49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, é da competência da Assembleia Municipal deliberar sobre a composição do júri de recrutamento, tendo para o efeito dado conhecimento dos elementos que o constituem.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, que o júri para recrutamento de cargo de Direção Intermédia 2º Grau – Chefe de Divisão – DGUPA tenha a seguinte composição: EFETIVOS: Presidente: Eng.º Fernando Pereira Alves, Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra; 1ªVogal: Dr. João Vasco Barata Lopes, Chefe da Divisão de Administração e Gestão da Câmara Municipal de Góis; 2º Vogal: Eng.º Carlos Jorge Rodrigues do Vale Ferreira, Chefe da Divisão de Coesão Territorial da Câmara Municipal de Miranda do Corvo. SUPLENTE: 1ª Vogal: Dra. Ângela Maria Mendes Gonçalves Marques, Chefe da Divisão de Administração Geral e Financeira da Câmara Municipal de Arganil; 2º Vogal: Eng.ª Ana Margarida Neto Martins Dias Santa, Chefe da Divisão de Obras e Planeamento da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS E DA PERCENTAGEM DO MUNICÍPIO DE GÓIS NO CAPITAL SOCIAL DA APIN – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR, EIM, S.A.**-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia catorze de agosto de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:-----

-----1 - A alteração aos Estatutos nos termos da proposta de alteração da APIN, nos precisos termos da minuta; -----

-----2 – Aprovar as condições de amortização das ações do Município de Penacova, com a consequente redução do capital social, nos termos e com os fundamentos referidos no documento

“Demonstração de valorização da participação social do Município de Penacova a 31 de novembro de 2020” que constitui o anexo II;-----

-----3 – Aprovar o aumento da percentagem da participação do Município de Góis no capital social da APIN, passando de 7,2 % para 8,38% com efeitos a 01.01.2021, em consonância com o determinado em sentença arbitral, já transitada em julgado, que condenou a APIN a reconhecer que o Município de Penacova saiu do Sistema Integrado a 31.01.2020, e a compensar este no montante que se vier a apurar mas que deverá ser correspondente ao valor da sua participação social no capital social da APIN com referência a 31.12.2020, data em que o referido Município deixou de ser acionista, por exoneração;-----

-----4 – Aprovar a alteração aos Estatutos da APIN, nos termos do artigo 22.º - A da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e a mencionada alteração de percentagem de participação do Município de Góis de 7,2% para 8, 38%; -----

-----5 – Atender à urgência na tomada de decisão, devido, nomeadamente, à necessidade premente de cumprir com o determinado na sentença arbitral, já transitada em julgado, não se compadecendo com mais delongas, sob pena de perpetuar uma situação que tem fortes implicações no normal funcionamento da empresa e nas expectativas dos municípios acionistas; -----

-----6 – A futura marcação da Assembleia-Geral Extraordinária da APIN – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR, EIM, S.A., que ocorrerá em breve, com vista à necessária aprovação dos novos Estatutos da empresa e nova percentagem do capital social de cada acionista.---

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA SINALIZAÇÃO INFORMATIVA E REGULADORA/PROCESSO Nº2024/550.10.300/7**-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia vinte e três de julho de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal que o presente trata da regularização da zona de estacionamento na envolvente no edifício situado na Rua Com. Henrique Bebiane Baeta Neves, onde funcionam alguns serviços públicos e privados, sendo a Câmara Municipal proprietária de algumas frações, informando que, na última sessão destes órgão, foi deliberado que a zona envolvente ao mesmo passasse para domínio público, pelo que, presentemente, há a necessidade de regulamentar

a sinalização e o estacionamento nessa zona, conforme maquete facultada a todos os membros desta Assembleia Municipal. -----

-----A senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta referiu concordar com a proposta apresentada. Ainda sobre sinalética fez alusão à existência junto à EB1 de Vila Nova do Ceira, nomeadamente um sinal de proibição de estacionamento, sendo que, na sua ótica, legalmente não haverá lugar à proibição de estacionamento em toda a área em questão não tendo o sinal ali existente quaisquer setas informativas da área abrangente ao não estacionamento. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ter tomado nota pelo que irá dar indicação aos serviços competentes para verificarem a situação apontada.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneio Ascensão questionou se o estacionamento em análise tem um lugar marcado para deficientes.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que tem um lugar reservado para portadores de deficiência, bem como para os serviços ali existentes.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referiu que a proposta em questão abrange treze lugares de estacionamento tendo questionando quantos lugares cabem a cada serviço.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal sobre essa questão respondeu que caberá a cada serviço apenas um lugar que, normalmente, serão para as Chefias destes. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal da análise feita à sinalética referiu que a interpretação feita é que existe um lugar reservado a deficientes, sendo o outro sinal informativo dos serviços que ali funcionam, podendo efetivamente estar equivocada.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que efetivamente irão ficar salvaguardados lugares para os serviços ali existentes sendo, naturalmente, um por serviço.-----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu que por se tratar de um local de serviços deveria também este parque de estacionamento ter um parquímetro de forma a que haja lugares vazios sempre que alguém tem a necessidade de se deslocar a um serviço.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração de estacionamento no espaço envolvente ao imóvel municipal, na Rua Comandante Henrique Bebiano Baeta Neves, na Vila de Góis.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA 3.ª ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus referiu ver este assunto com alguma preocupação pelo facto de no ano de 2017 a União de Freguesias foi afetada pelos incêndios rurais onde arderam muitas habitações, pelo que entende que parte destas habitações se não for o Município ou a Administração Central a intervencionar as mesmas nunca irão ser reconstruídas. Referiu que a par com este problema existe um outro que são os imóveis existentes em avançado estado de degradação pondo em risco as vias públicas, sendo exemplo disso um imóvel existente no Carvalhal que na época invernal poderá o risco ser ainda maior, apelando para que a Câmara Municipal tome as devidas diligências com este e com outros salientando que, por vezes, os proprietários destes não intervêm pelo facto de não terem meios para esse mesmo efeito. Ainda sobre o assunto em análise referiu que é informado a existência de três processos pendentes pelo que questionou a sua localização e o porquê destes estarem pendentes.-----

-----O senhor Presidente sobre esta última questão referiu não ter estado na reunião onde o presente assunto foi analisado e deliberado, contudo tem uma vaga ideia que são os proprietários das habitações que não reúnem a documentação necessária para conclusão dos processos, não tendo informação sobre as localidades onde se encontram edificados os três imóveis.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que uma das questões era ter conhecimento quais são esses três processos pendentes, ora respondida, sendo a outra sobre a existência de habitações que até à data não foram objeto de candidaturas se estas ainda podem ser objeto de candidatura dentro deste período de prorrogação. -----

-----O senhor Presidente referiu que os processos pendentes não são novos, apenas se verifica a falta de entrega de documentação para que estes sejam definitivamente concluídos, estando a ser proporcionado um novo prazo para que possam proceder à entrega dos documentos para conclusão deste processo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a 3ª alteração do Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP)/ANO DE 2025-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia dez de setembro de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a aplicação da taxa municipal de direitos de passagem de 0,25% para o ano de 2025.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DERRAMA/ANO 2025-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia dez de setembro de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu ser um facto que muitas das empresas patentes na listagem facultada apenas têm a sua sede em Góis, não tendo atividade física no concelho, não sendo gerador de riqueza, nem de postos de trabalho, apenas usufruem dos benefícios como é o caso da isenção deste imposto, sendo que na sua ótica deveria haver um critério para que as empresas reunissem mais algum requisito para a isenção deste imposto, porquanto também pela sua sede ser no interior do país já estão a beneficiar de outras benesses, pois estas empresas em relação às que operam no concelho estão a ser beneficiadas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a sugestão tem alguma pertinência pelo que terá que ser efetuado um estudo sobre as empresas que se encontram nessa situação no concelho, a importância que tem e o impacto que o pagamento desse imposto poderá vir a ter. É um facto que presentemente as zonas industriais existentes não reúnem requisitos para a implementação de mais unidades comerciais de forma a que haja um crescimento neste sector, tendo para o efeito tecido alguns esclarecimentos nesta matéria.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o não lançamento da derrama para o ano de 2025.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**8. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS/RENDIMENTOS DE 2025**-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia dez de setembro de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar uma participação variável no IRS de 2,5% para os rendimentos de 2025.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**9. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI)/TAXAS A PRATICAR EM 2025**-----

Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia dez de setembro de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a manutenção para o ano de 2025 das taxas praticadas em 2024, ou seja, Taxa de IMI dos Prédios rústicos: 0,80%, e, taxa de IMI dos Prédios urbanos: 0,33%.-----

-----Mais deliberou, por unanimidade, que nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, fixar uma redução da taxa de IMI, atendendo ao número de dependentes que nos termos previstos no nº 13 do CIRS, compõe o agregado familiar a 31 de dezembro, nos seguintes termos: redução de 30,00 € quando o agregado familiar tenha um dependente a cargo; 70,00 € quando o agregado familiar tenha dois dependentes a cargo e 140,00 € quando o agregado familiar tenha três ou mais dependentes a cargo.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**10. RELATÓRIO SEMESTRAL DO AUDITOR EXTERNO (ROC)/SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DO 1.º SEMESTRE DE 2024**-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do presente o Relatório Semestral sobre a situação económica e financeira do Município, relativa ao 1.º semestre de 2024, apresentado pelo auditor externo que procede anualmente à revisão legal de contas, empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.-----

-----11. CONHECIMENTO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)/AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - ANO 2024 – COMUNICAÇÃO PERIÓDICA-----

-----A senhora Presidente referiu que a Assembleia Municipal, na sessão ordinária de 14.12.2024, deliberou, para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA), na redação atual, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação (exceto se implicar aumento de despesa), por parte da Câmara Municipal, delegada no Presidente da Câmara, nos seguintes casos: Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) Os encargos decorrentes de cada compromisso não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----

-----No entanto, refere ainda a referida autorização prévia genérica que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da mesma. Neste sentido, deu conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos no período compreendido entre 01.05.2024 a 31.08.2024.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão questionou que o documento faz referência à aquisição de serviços na área de comunicação pelo que questionou especificamente este serviço.---

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que a Câmara Municipal contratou uma jovem para a prestação de serviços na área de comunicação, ou seja, é a pessoa responsável pelo contacto com a imprensa através da publicação de notícias e também nas redes sociais do Município.-

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----12. CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL-----

-----A senhora Presidente referiu que o presente assunto não irá ser discutido, pelo facto de lhe ter sido remetido na tarde de quarta-feira, sendo que normalmente também não é entregue dentro do prazo legalmente estabelecido, contudo, desta vez, a entrega do mesmo excedeu um pouco mais do que é habitual. Referiu não compreender a entrega tardia do mesmo uma vez que o período é até ao dia 31.08.24 e como já estamos na reta final do mês em curso não se compreende a morosidade entendendo ter havido tempo suficiente para a elaboração do presente documento. Referiu que não

podemos banalizar que se trata de um documento sem importância, porquanto o mesmo tem-no uma vez que é através deste que os membros da Assembleia Municipal ficam a conhecer, mais pormenorizadamente a atividade da Câmara Municipal. Pelo que numa próxima sessão tanto o presente relatório, como o próximo serão objeto de análise de quem se quiser pronunciar sobre os mesmos relembrando que a legislação plasma que deve a Assembleia Municipal *“apreciar em cada uma das suas sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, a qual deve ser enviada ao presidente da assembleia municipal com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão”*, salientando que efetivamente tal como a restante documentação terá que ser entregue dois dias úteis antes de cada sessão também se pode fazer acompanhar com esta documentação. -----

-----O senhor Presidente da Câmara lamenta a situação pelo que irá dar indicação para que, numa próxima oportunidade, os prazos legalmente estabelecidos sejam cumpridos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**APROVAÇÕES EM MINUTA:**-----

-----Foram aprovadas em minuta para efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as deliberações respeitantes aos pontos um antes da Ordem do dia e um a nove da Ordem do Dia. -----

-----**PÚBLICO:**-----

-----a) O senhor Ângelo Raposo, residente em Cortes, iniciou a sua intervenção sugerindo que o ponto dedicado à intervenção do Público pudesse ser passado para o início da sessão de modo a que quem desejar usar da palavra o faça e depois se retire se assim o entender, realçando que no decorrer desta sessão parte do público já não se encontra presentemente na sala. Referiu que a 23.04.21 deu entrada, na Câmara Municipal, um processo seu de obras particulares, o qual até à data ainda não mereceu deferimento, tendo feito referência à fiscalização da Câmara Municipal bem como à entrega de documentação para o efeito, pelo que solicitou esclarecimentos do porquê de este processo ainda não estar devidamente concluído. Referiu que a APIN procedeu a trabalhos na rede de saneamento, junto da sua habitação, porém o piso removido não foi repostado pelo que solicitou que a Câmara Municipal interceda junto à empresa intermunicipal de modo a que o mesmo seja devidamente reparado porquanto passou tempo suficiente para se efetuar os trabalhos em questão. Referiu que também na estrada de acesso às Cortes há a necessidade de limpeza das bermas e também das copas

das árvores de forma a que as viaturas possam circular sem perigo de ocorrer algum acidente causado pelo excesso de vegetação. Fez também alusão à toponímia uma vez que foram colocadas placas toponímicas e números de polícia sendo que na Rua do Escaldado, onde reside, não é detetável pelo Google, porém existe uma outra Rua onde também colocadas as respetivas placas toponímicas e números de polícia, a Rua Costa do Casal, já é reconhecida pelo Google questionando o porquê. Referiu ainda, que a Rua do Casal também não é reconhecida pelo Google, não reconhecendo também essa mesma rua os CTT pelo que não entregam correspondência pelo que se dirigiu aos CTT na sede do concelho questionando tal facto tendo obtido como resposta desconhecem uma rua com essa toponímia, tendo para o efeito dirigido comunicação ao MAI tendo obtido como resposta que a responsabilidade era do Município de Góis. Nessa mesma rua foram apenas colocados números de polícia até ao 32 faltando na porta seguinte o número 34, pelo que solicitou a colocação do respetivo número de polícia. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que naturalmente as palavras proferidas pelo munícipe tiveram a melhor atenção por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal. Contudo, referiu que relativamente à sugestão de o Público poder usar da palavra no início dos trabalhos da Assembleia Municipal poderá equacionar-se essa mesma hipótese, porém entende que todos os assuntos analisados em sede de Assembleia Municipal são do interesse dos munícipes, sendo de todo interessante assistirem à sessão para terem conhecimento dos assuntos e, até mesmo, da forma como os mesmos são tratados e deliberados.-----

-----Dada a palavra o senhor Ângelo Raposo referiu que não viu nenhum Edital publicado dando conhecimento do dia em que esta sessão iria ser realizada, tendo para o efeito referido que quando foi autarca foi publicado edital com todas as datas em que seriam realizadas as reuniões da Câmara Municipal.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que no que concerne às reuniões de Câmara Municipal é emitido Edital com o dia, local e hora relativo a todas as reuniões ordinárias, sendo que nas sessões da Assembleia Municipal não há esse mesmo procedimento sendo que legalmente o órgão deliberativo terá que reunir ordinariamente nos meses de fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro, e, naturalmente poderá reunir extraordinariamente sempre que haja necessidade para esse mesmo efeito, até porque a maioria dos assuntos são remetidos para a Assembleia Municipal após deliberação em sede do Executivo pelo facto de estes carecerem de aprovação do órgão deliberativo. Informou ainda, que é publicitado em edital, jornal e nas redes

sociais o dia, local e hora em que terá lugar a sessão da Assembleia Municipal.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente ao processo de obras particulares referiu que no ano de 2023 foi remetido ofício, sendo que presentemente não tem mais informação para que possa prestar os melhores esclarecimentos, sendo que irá dar indicação aos serviços para verificarem o processo em questão. Sobre os trabalhos da APIN referiu que houve um período em que o piso não foi repostado no imediato porquanto estava em curso um procedimento de aquisição de betuminoso para que posteriormente procedessem aos trabalhos de reposição do piso, tendo questionado se reportou a situação apontada à Câmara Municipal, tendo obtido como uma resposta negativa, pelo que face a esta situação informou que sempre que houver uma situação semelhante poderá ser reportada ao Município para que de imediato a comunique à empresa ou até mesmo poderá ser o próprio a comunicar diretamente à APIN. Em relação às placas toponímicas referiu que pelo que se apercebeu existe a placa toponímica na Rua do Escaldado não sendo a mesma reconhecida pelo Google pelo que irá dar indicação aos serviços para verificarem essa situação, bem como a falta do número de polícia, nº 34, da citada rua. -----

-----b) O senhor António Pedro Rodrigues das Neves, Roda Fundeira, referiu que muito se falou dos eventos realizados em pleno verão, porém, em momento algum, foi feita alusão ao sunset realizado na Roda Fundeira, festival de música que conta já com a 3ª edição, cujo local foi na praia de Foz dos Palheiros, uma bonita zona de banhos. Sendo a população de Alvares maioritariamente envelhecida era importante ter na sede de freguesia um serviço de prestação de cuidados de saúde de forma a quem necessite desses mesmos cuidados não se ter que deslocar à sede do concelho, tendo também feito menção à necessidade de um posto farmacêutico compreendendo as dificuldades para que este se implemente, porém à semelhança do que acontece com os CTT também poderia, eventualmente, equacionar-se a mesma possibilidade para o fornecimento de medicação. Sobre a implementação de empresas no concelho referiu fazer todo o sentido, porém referiu não compreender o porquê de numa das intervenções sobre a isenção da derrama alguém ter sugerido a possibilidade de haver algum tipo de requisito para que as empresas que têm cá a sua sede, mas que não se encontram fisicamente a laborar no nosso território, não corroborando com essa sugestão. Ou seja, Portugal arranja benefícios fiscais para que as pessoas se fixem no interior sendo sugestão de alguns arranjar requisitos para diferenciar as empresas que se encontram instaladas das que apenas tem por cá a sua sede fiscal, realçando que qualquer empresa que por cá se instale conta tudo, i.e., o número de empregados e empregos, o nível de impostos que estas pagam, sendo estes um acréscimo em relação às empresas

em relação ao município porquanto irá obter mais verbas, devendo sim efetivamente haver mais estímulos a que muitas empresas se instalem no concelho. Seguidamente referiu que Góis se encontra na Rota da EN2 havendo alguns eventos neste âmbito, porém a freguesia de Alvares contemplada com alguns quilómetros desta via nada tem absolutamente nada sobre esta rota que faça com que quem por aqui passe pare, referindo que parte do que existe neste trajeto é de privados, mas não havendo nada entende que a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia deveria investir para que houvesse qualquer coisa dentro desta temática que levasse quem por aqui passa parasse.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal relativamente à temática da Rota da EN2 informou da existência de um marco na freguesia de Alvares.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal quando foi feita referência à área da saúde referiu que a freguesia de Alvares tem uma extensão de saúde, sendo que quando se transferiu as competências da saúde para o Município de Góis, o contrato existente com a ARSC transitou para a Câmara Municipal, pelo que no âmbito do financiamento previsto para a requalificação do Centro de Saúde há uma verba, na ordem dos noventa mil euros, para obras de beneficiação no imóvel que acolhe a extensão e saúde, salientando não entender a existência de uma verba para obrar nesta extensão e a mesma continuar fechada, tendo esta situação sido sinalizada junto da direção da ULS de Coimbra e a necessidade de reabertura desta unidade de saúde, tendo de igual modo questionado o senhor coordenador do Centro de Saúde de Góis, por ser também do seu conhecimento a existência de meios e também de profissionais de saúde, nomeadamente de uma médica residente nesta freguesia, tendo a sua solução tido logo à partida um obstáculo porquanto terá que existir mais do que um médico de serviço. Contudo, referiu tratar-se de um assunto cuja resolução é morosa apesar de haver abertura por parte do Presidente da ULS, acreditando que o assunto venha a ser resolvido. Em relação à questão da farmácia referiu que teremos que verificar junto das competentes entidades qual será a melhor solução para que sejam fornecidos medicamentos ao público. Sobre a Rota da EN2 referiu a existência de um marco, sendo que ao KM 300 foi manifestada o interesse de criação de um espaço que fosse uma referência nesta freguesia tendo a I.P. se oposto face à perigosidade que este poderia ter neste trajeto, referindo ainda que em outros concelho são os privados que promovem espaços de atração para que as localidades se tornem mais atrativas. -----

-----c) A senhora Ermelinda Gonçalves Cortez, residente em Amioso, questionou para quando a previsão de colocação do betuminoso em falta na localidade de Amioso, sendo sua preocupação os buracos existentes à sua porta os quais aquando as chuvas pioram, necessitando de saber se

efetivamente o espaço em questão é ou não do domínio público.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que no início das suas funções a primeira localidade no concelho a ser colocado betuminoso foi nos arruamentos de Amioso, tendo na altura ficado uma parte que não foi contemplada, pelo que a situação se encontra sinalizada não tendo ainda qualquer previsão sobre a data em que os trabalhos irão ser efetuados, sendo que sobre a segunda situação presentemente não poderá prestar um outro esclarecimento por não ter informação suficiente.-----

-----d) A senhora Maria de Lourdes Cortez Alves, residente em Amioso Cimeiro, referiu que no que concerne ao abastecimento de água nesta localidade pelo que pôde constatar aquando a abertura de uma torneira no fontanário ali existente a mesma não teria uma qualidade razoável, pelo que solicitou que a Câmara Municipal intercedesse junto da APIN para verificação do abastecimento àquela localidade. -----

-----O senhor Presidente informou que irá reportar a situação à APIN.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal encerrou a sessão, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que irá ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, pela senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta, Primeira Secretária eleita pela Assembleia Municipal e pela senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, da Segunda Secretária eleita pela Assembleia Municipal.-----

A Presidente da Assembleia Municipal

(Maria Helena Antunes Barata Moniz)

A Primeira Secretária

(Aida de Jesus Garcia Martins Baeta)

A Segunda Secretária

(Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões)